

O CRUEL E TRISTE FADO

Rocha Peixoto (1866-1909) é uma das figuras centrais no processo de desenvolvimento histórico de uma tradição de estudos etnográficos e antropológicos em Portugal. Ligado à geração de antropólogos portugueses que desenvolveu o seu trabalho na viragem do século XIX para o século XX, Rocha Peixoto foi — em conjunto com Adolfo Coelho — um autor decisivo na fisionomia que ganhou então a antropologia portuguesa: um empreendimento tematicamente mais diversificado, comprometido de forma mais efectiva com o terreno e mais atento à diversidade local e regional dos factos etnográficos. Por confronto com as orientações dominantes na geração anterior de antropólogos — onde prevalecia uma antropologia entendida como o estudo exclusivo da literatura e das tradições populares, sem prática metódica de terreno e indiferente às diversidades internas do país —, a antropologia de Rocha Peixoto afirmou-se no seu tempo como um espaço de inovação temática, metodológica e teórica.

Tal como muitos outros antropólogos portugueses da época, a actividade de Rocha Peixoto possuía, à luz de critérios contemporâneos, uma faceta pluridisciplinar particularmente marcada. Naturalista de formação, Rocha Peixoto cultivou, para além das ciências naturais e da etnografia, a arqueologia e a antropologia física. Estes seus interesses científicos conjugaram-se também com uma empenhada intervenção cívica, expressa em inúmeros artigos e ensaios, nos quais teve ensejo de se manifestar sobre alguns problemas da sociedade portuguesa sua contemporânea. Estas diversas áreas nunca funcionaram, entretanto, na reflexão de Rocha Peixoto, como áreas estanques. Entre elas houve sempre uma constante circulação de inspirações metodológicas, de temas de pesquisa e de argumentos teóricos.

Um dos exemplos mais claros dessa porosidade de fronteiras entre géneros é fornecido justamente pelo texto que se publica em seguida — O Cruel e Triste Fado. Com uma primeira e curta versão publicada, em 1890, no jornal A República Portuguesa, sob o pseudónimo de Grimmel, O Cruel e Triste Fado foi editado pela primeira vez na sua forma definitiva — já com a assinatura de Rocha Peixoto — em 1893, no jornal O Primeiro de Janeiro. Posteriormente — e ainda em vida do autor — o ensaio foi sucessivamente reeditado em 1896, sob a forma de um pequeno opúsculo publicado na Figueira da Foz, e, em 1897, no volume Terra Portuguesa. Crónicas Científicas (Porto, Livraria Chardron, pp. 293 a 302). É esta última versão do ensaio — com algumas pequenas alterações que Rocha Peixoto então lhe introduziu — que agora se publica.

Nascido da vontade de intervenção cívica — ou de "crítica cultural", como diríamos hoje em dia — de Rocha Peixoto, O Cruel e Triste Fado faz-se eco de uma reflexão amarga sobre Portugal estruturada em torno do tema da decadência nacional. Por essa razão, quando, entre 1967 e 1975, Flávio Gonçalves organizou para a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim — donde Rocha Peixoto era natural — a edição da obra completa do autor, o ensaio ficou excluído do volume que reúne a sua produção etnográfica, tendo sido inserido no II Volume, consagrado "aos textos de carácter ensaístico que Rocha Peixoto dedicou a questões da vida portuguesa do seu tempo" (Flávio Gonçalves, prefácio ao II Vol., p. IX) e subtítulado "Museu Municipal do Porto. Ensino. Política. Ensaios Diversos. Economia". Pelo mesmo motivo, o ensaio encontra-se também ausente da reedição mais

Rocha Peixoto

recente da obra etnográfica da Rocha Peixoto, realizada em 1990 pela colecção "Portugal de Perto" (Publicações Dom Quixote) e baseada nos critérios que haviam sido anteriormente empregues por Flávio Gonçalves. No entanto, apesar dessa dupla exclusão, *O Cruel e Triste Fado* é um texto que, a par da sua faceta de intervenção cívica, possui uma dimensão etnográfica particularmente clara.

De facto, e em primeiro lugar, a decadência de que fala Rocha Peixoto no seu texto não é apenas a decadência de Portugal como nação, mas, sobretudo, a decadência do povo português, enquanto entidade antropológicamente definida. Fiel a essa sua ambição antropológica, em segundo lugar, *O Cruel e Triste Fado* toma como motivo central para a ilustração desse estado de decadência aquilo que pode ser considerado como um objecto etnográfico por excelência — o fado. Para além dessa referência central, finalmente, o texto comporta ainda um conjunto de alusões a outros aspectos da cultura popular portuguesa — como é o caso das crenças no lobisomem — demonstrativas também elas desse cruzamento entre antropologia e reflexão política característico do ensaio.

Isto é: a cultura popular — foco privilegiado da antropologia portuguesa da época — é vista em *O Cruel e Triste Fado* como um domínio estratégico para a demonstração do grau de decadência de Portugal e do povo português. Neste sentido, *O Cruel e Triste Fado* deve ser lido, em conjunto com outros textos de características declaradamente mais etnográficas de Rocha Peixoto — como *As Olarias do Prado* (1900) ou *A Casa Portuguesa* (1904) — ou com alguns dos programas de estudos etnográficos e antropológicos escritos, em 1890 e 1896, por Adolfo Coelho, como um dos textos mais significativos daquela que foi a sensibilidade dominante na antropologia portuguesa da viragem do século. Para essa sensibilidade o povo e a cultura popular eram não tanto os monumentos sobre os quais repousava uma identidade nacional formulada em termos românticos, mas registos onde cristalizava de forma particularmente rude aquilo que era visto como o irreversível declínio do país.

João Leal

O único povo do mundo que canta o fado tem neste a expressão flagrante e nítida das suas tendências, da sua sentimentalidade e do seu entendimento; a sina, o acaso, a sorte que preside ao nosso destino, que determina as nossas acções e que explica os mais vários aspectos da nossa existência, ou seja numa angústia colectiva, ou individualmente, atirando-nos com o pé direito à ventura ou com o esquerdo à desgraça, eis o que define o povo português, eis o que, num antropismo universal de onde herdou ou recebeu a maioria dos seus mitos, se destaca como característica própria. É o acaso que faz de nós ricos ou pobres; é nossa sina a felicidade ou a desventura no amor; é da sorte a fartura ou a miséria, a saúde ou a moléstia, a virtude ou o crime; é sempre o fado dominando tudo, desde o Senhor D. Miguel que o batia, até ao povo a gemê-lo!

O nomadismo árabe que nos ficou no sangue encontrou, em condições geográficas especiais e em circunstâncias históricas fortuitas, meios fáceis de se expandir, de ser

assimilado pela casta isenta dessa herança e de se transmitir, ao diante, com crescente intensidade. Sofreado nas primeiras tentativas da constituição de uma nacionalidade, mercê da energia e do entendimento dos primeiros monarcas, a povoarem as manchas incultas, a fazerem arrotear o solo, a fixarem a gente à terra, atrasada ia ainda a grande obra política de um grande ideal e já, ao rematar a primeira dinastia, um lindo príncipe impedia a marcha desse trabalho tão sabiamente encetado, mas ainda rude a prosseguir e com paciência. A inconstância do seu coração, as suas inverosímeis correrias guerreiras e os caprichos e intrigas em que o envolvia a esposa, a cujo fadário unira o seu, irritaram por vezes o povo num clamor de prudência e de juízo. Mas os primores de uma rara destreza máscula, o seu trato amavioso e doce, a sua bondade pródiga, atenuavam os ímpetos da plebe ao cair de uma desgraça — que o que tem de ser tem muita força.

Enraizou o precedente, e a mescla étnica que mandava dirigiu a actividade governativa para as conquistas em África. O bom sucesso das primeiras aventuras fez explodir na alma portuguesa o que nela havia de índole errante e moura, pois o cativo do Infante Santo, nunca liberto por falta de dinheiro, esquecera ou explicava-se: cumpria o seu fado. A pouco e pouco vai crescendo a ânsia de viagem; terras novas, paisagem exótica, riqueza e domínio, tocam a ambição geral. No princípio, aos mais ousados, acompanha-os, dos que ficam, a esperança, a curiosidade e o desejo de que Deus os fade bem; mas breve a narrativa quente das façanhas impulsiona os tímidos e os prudentes e tudo quer emigrar, num ímpeto de agarenos, com a miragem do poder e da fortuna.

Entretanto a pátria despovoava-se; uns são navegantes, outros acabam em guerras insensatas, que, para as promover, obrigam à venda das pratas das igrejas e, entre outros males, dizimam, ou os grandes espíritos como o infante D. Pedro, ou os homens válidos que ainda restam. Porque estes já são poucos, e para a campanha e para os navios forçoso é recrutar gente mercenária no estrangeiro.

As riquezas da Índia surgem com o seu deslumbramento. O espírito da aventura alastra de tal sorte, que parece pairar na terra portuguesa um delírio das grandezas colectivo. Tudo quer ser marinheiro, mercador, traficante, pirata; o solo fica quase abandonado; nem pão há que chegue para os que ficam; nem sequer existe quem teça um vestuário; um rei mesmo, o Venturoso, manda vir estrangeiros para construírem as galés!

Mas a fonte exaure-se; e o aventureiro que dissipara tão rápido como fácil lhe fora adquirir, porque — ai! para amanhã Deus dará — escusa de continuar errando. Como vivemos? De que dependemos? Dos vaivéns da sorte!

Chega a peste! A miséria é trágica e à terra não há apego. Tudo falta, nada se sabe e, para mandar vir os necessários lá de fora, já não voltam os galeões e as caravelas com as especiarias do Oriente. O que tinham conduzido e que parecia jamais cessar de vir, sumira-se para sempre. E na resignação da pobreza só a lição assente fica de que esta vida é um desengano!

Com o que restava de válido ainda se empreendeu a infausta conquista de Marrocos. Mas tudo denunciou, desde logo, mau agouro e pelos espíritos correra um como fluido de má sina e de presságio. Dias antes, na capela real, cantara-se um rimance que dizia a desditosa crueza final do último rei godó; e a espada de Afonso Henriques, que D. Sebastião pedira aos frades de Santa Cruz, esquecera no navio! A fé na vitória oscilava na massa; a um tempo, a dúvida e a esperança de boa sorte, precipitavam o

desbragamento e o gozo antecipados. Diz um cronista que as mulheres, nos seus leitos, esqueciam demasiado que os maridos ainda estavam vivos noutras plagas. E o certo é que até elas aborreceram: em Lisboa a pederastia assumira um carácter epidémico! Ora os reis, como as mulheres, também correm o seu fado; estas lá vão dar, de queda em queda, na má vida; o monarca epilougou a sua quimera, com a morte, na Moirama!

Ao anexar o nosso território, a Espanha encontrou um povo gafo, terra inculta e, para o tempo, uma assombrosa dívida pública; nem lavoura, nem indústria; a fidalguia, numa penúria de indigentes, prostituía-se e entregava-se; só a religião esplende, fervorosa e erótica. Rei espanhol, rei português, ao povo tanto se lhe dá. Não há mares desconhecidos a atravessar e opulências novas a descobrir? A ver! É estreita a pátria para um esforço com perigo mas afortunado.

Recuperada a independência, a ruína mais cresceu com a prolongada guerra a manter por tantos anos. O povo vai, sem afeições e sem estímulos; não abandona ele Afonso VI aceitando, em substituição do malfadado, o monarca que assassina de vez a indústria nacional em Methuen?

Mas chega a notícia do ouro e das pedrarias do Brasil. Enfim! Depois da tempestade a bonança! E aí surgem as correrias, aí está, dominando alto e forte, o que nos legara o estrato sarraceno. O êxodo realiza-se com demência, com volúpia; que a alma aventureira portuguesa não é feita para o medo das febres da Terra Quente ou da desolação do Mar Coalhado! O dinheiro abunda, dissipa-se, lança-se fora. O rei Magnânimo malbarata-o em piedade e em luxúria. E é um fado brejeiro por esses conventos fora!

A obra de Pombal falha, como falhou a de Ericeira, a de Gusmão, a de Castelo Melhor. Desgraçadamente já é tarde para utilizar o manancial americano, criando com ele o trabalho nacional, e, derivativamente, o amor da terra, um ideal político, uma solidariedade de povo, um orgulho de raça. O caminho do Brasil está aberto para jamais se fechar; até D. João VI a demanda, essa terra que o português desejou e desejará sempre lhe deixem franca, contando que exercerá lá uma actividade que aqui não lhe acode ao infortúnio — inconscientemente, no seu sangue, o fatalismo árabe como um jugo, a índole aventureira repuxando.

Tudo entre nós corre o fado, os navegadores e os lobisomens, as bruxas e as rainhas; e cada um de nós, chegada a tirana morte, tem acabado o seu fadário. Nesta fé cega, que o génio e a vida portuguesa explicam, a lassitude na iniciativa, a carência de um ideal colectivo, o alheamento do povo na obra político-económica dirigente, compreende-se na nação entontecida de grandezas ou resignada nos desastres que só atribui ao destino. Nunca o povo português se ocupou das grandes revoluções na ciência e nas artes, nunca o uniu o sentimento consciente e altruísta de nacionalidade. Clamores isolados, pequenas revoltas, é nada; o cepticismo de hoje é o de sempre. Contra o descalabro da pátria e na ruína própria, não reage nem combate; espontaneamente nunca reagiu nem combateu. Foi heróico por dever, se o mandavam: que quanto a si apenas pede que o deixem emigrar, sem protesto, resignado, ou a céu aberto, ou oculto num porão, em sacos, em pipas, em caixões.

Portanto, o fado e o que nele se diz de sonho, de sombra, de amor, de ciúme, de ausência, de saudade e principalmente de conformação com o cru e negro império do destino, eis o que exprime dramaticamente a feição da alma nacional. O fado é português,

é toda uma mentalidade, é toda uma História. Na nossa tradição raro se surpreendem ou descobrem manifestações cerebrais que não se filiem no animismo ou nos cultos politeístas e idolátricos de outros povos. A zoolatria, a fitolatria, o falismo até, as qualidades e vontades humanas atribuídas a objectos reais ou a ficções, como a vida às coisas e os sentimentos aos animais, nada é nosso. Os temas fundamentais da lírica popular, quando decalcados na mitologia e ainda se se ocupam de sentimentos triviais, denunciam, com frequência, recursos de expressão e harmonia e beleza de ritmo; mas ou se encontram paralelos na terra estranha de raça afim, ou se desvenda a via transmissora. No nosso romanceiro nada há cujo tema não seja céltico, romano ou universal. Se a génese do romance peninsular está por conhecer, têm já averiguado folcloristas e filólogos, que os que cá cantamos nos chegaram pelos cruzados, romeiros ou jograis. Remodelações, apenas, adaptações; nem um, privativo e pátrio!

A poesia épico-lírica portuguesa, para os que a estudaram num fim de manifestação espontânea e típica deste povo, preocupa-os hoje pela feição dialectal da linguagem!

Portugal tem pois e apenas, de genuinamente seu, o fado: o fado para a folia, para o amor, para a amargura e até para a morte, em choradinho, [...] à beira do sepulcro. Num mesmo esquema métrico, de Norte a Sul, dantes, hoje e sempre, o povo enquadra todas as suas ideias e sentimentos, todos os factos, nessa melopeia derrancada que só pode gestar-se num país que nunca foi mais que uma ruína, raro com lampejos de uma opulência fruste. Inês de Castro e a Severa, o bem e o mal, o rosto da lua e as vozes do eco, além-túmulo e a redenção, a paixão, a desdita, o ciúme, a vingança, até o *Pobre Portugal*, tudo se canta num mesmo ritmo, numa música de pequenas variantes, alanceada, gemebunda, irreparável.

Não decidiu o povo a sorte do rei de hoje por, aquando da coroação, a bandeira que pendia do alto de São Domingos ter a coroa para baixo e o ceptro ficar na câmara, esquecido! Sempre o cruel e triste fado, actuando, determinando, explicando. Quantos motivos para esses bardos sombrios se soubessem a história da bela infanta Beringela, que casando com Wlademário, levou do seu país para a Silândia, com a herança paterna de Sancho, o Povoador, a triste sorte de ficar na Dinamarca como o símbolo da maldade! Cantaram-na ali os troveiros há sete séculos, cantam mesmo hoje a desgraçada, cuja beleza, espantando ainda a insensibilidade hirta dos frios anatomistas pela incomparável proporção e conformação dos seus despojos, não atenuou o mau fado que de cá a perseguira!

O critério geral da sorte do país, a cujo governo o povo nunca deixará de ser alheio, é o do fado que correm os lobisomens, à meia-noite, nas terças e sextas-feiras, olheirentos, chupados, vagabundos, funéreos: sete adros, sete encruzilhadas, sete rios, sete vilas acasteladas, sete vales e sete outeiros. Uma e outra são coisas complicadas e penosas para interpretar fora do mau olhar e da crueldade irremediável do fadário.

Ontem, ali na rua, passavam homens arpejando, macilentos, queixa de peito, olho em alvo, grenha ao vento, para o pagode. Um cantava:

Se vires a mulher perdida
Não a trates com desdém,
Porque Deus também castiga,
Não diz quando nem a quem.

conhecido mote de um fado típico, com todo o temperamento de um povo lá dentro, imundo, vadio, hipócrita, malandro. Miséria social, miséria orgânica, melopeia sem encanto, sem elevação, sem frescura, sem ingenuidade, modismo de desespero, de conformação, de penitência e de perdão, atitude e marcha, emprego da vida e ideal, tudo dá, ao contemplar destes grupos, uma noção:

— É a pátria que passa!